



**PARECER PRÉVIO Nº 1/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11417/2016.**

**Apensos:** Processo nº 11869/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Benjamin Constant

**4- Exercício:** 2015

**5- Responsável:** Iracema Maia da Silva (Prefeito Municipal)

**6- Advogado:** Ênia Jéssica da Silva Garcia - 10416

**7- Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3687/2017-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas da Prefeita do Município de Benjamin Constant, **Sra. Iracema Maia da Silva** relativas ao exercício financeiro de 2015, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa, tal como constante na fundamentação constante do Relatório/Voto.

**11- Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 22 de Janeiro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 1/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 1/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 1/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11417/2016.**

**Aposos:** Processo nº 11869/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Benjamin Constant

**4- Exercício:** 2015

**5- Responsável:** Iracema Maia da Silva (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Ênia Jéssica da Silva Garcia - 10416

**7- Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3687/2017-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2015.

Ofício. Irregularidade. Alcance. Multa.  
Determinação. Notificação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Oficiar** a Câmara Municipal de Benjamin Constant para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas da Prefeita, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio, ainda que a considere a Prefeita, **Sra. Iracema Maia da Silva**, em alcance **no valor R\$ 157.657,61**, nos termos da fundamentação constante dos itens 140-143; 144-147; 148-151; 152-155, 156-161, 171-173, 182-183, 193-195, do Voto, determinando a imediata devolução desse valor aos cofres municipais;
- 10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Iracema Maia da Silva**, referente ao exercício financeiro de 2015, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b”, “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.3. Considerar em Alcance** a **Sra. Iracema Maia da Silva**, no valor de **R\$ 157.657,61**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão



**ACÓRDÃO Nº 1/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 1/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, corrigidos, com fulcro no artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido às restrições que seguem:

- 10.3.1** Ausência de comprovação da execução do Aterro com fornecimento de material (item 2.4 da Planilha Orçamentária do Contrato), no Contrato nº 010/2014, no valor de **R\$ 48.184,89**, itens 140-143;
- 10.3.2** Ausência de comprovação da construção de Baldrame em alvenaria (Item 4.2, da Planilha Orçamentária do Contrato), no Contrato nº 010/2014, no valor de **R\$ 29.060,36**, itens 144-147;
- 10.3.3** Pagamento em valor superior aos serviços verificados em Inspeção in loco, Contrato nº 010/2014, no valor de R\$ 11.676,92, itens 148-151;
- 10.3.4** Pagamento em valor superior aos serviços verificados em Inspeção in loco, Contrato nº 010/2014, no valor de R\$ 15.984,84, itens 152-155;
- 10.3.5** Pagamento em valor superior aos serviços verificados em Inspeção in loco, Contrato nº 010/2014, no valor de R\$ 21.488,67, itens 156-161;
- 10.3.6** Pagamento em valor superior aos serviços verificados em Inspeção in loco, Contrato nº 02/2015, no valor de R\$ 5.317,74, itens 171-173;
- 10.3.7** Pagamento em valor superior aos serviços verificados em Inspeção in loco, Contrato advindo da Tomada de Preço nº 001/2015, no valor de R\$ 3.343,00, itens 182-183;
- 10.3.8** Pagamento em valor superior aos serviços verificados em Inspeção in loco, Carta Contrato nº 04/2015, no valor de R\$ 22.601,19, itens 193-195.

- 10.4. Aplicar Multa à Sra. Iracema Maia da Silva**, no valor de **R\$ 20.000,00**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em decorrência das irregularidades descritas nos itens 20-27, 53-69, 76-80, 83-91, 92-95, 96-99, 100-101, 112-117, 128-130, 131-139, 168-170, 179-181, 190-192, do Relatório/Voto; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



**ACÓRDÃO Nº 1/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 1/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Aplicar Multa à Sra. Iracema Maia da Silva**, no valor de **R\$ 10.000,00**, fundamentada no art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, V, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, conforme itens 140-143, 144-147, 148-151, 152-155, 156-161, 162, 171-173, 182-183, 184, 193-195, do Relatório/Voto; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.6. Determinar à Prefeitura Municipal de Benjamin Constant:**

**10.6.1** Que cumpra o disposto no art. 22, §3º, da Lei nº 8.666/93;

**10.6.2** Que elabore Projetos Básicos e Planos de Trabalho mais específicos, evitando quaisquer contratações genéricas, em consonância com o art. 14, da Lei nº 8.666/93;

**10.6.3** Que adote as providências sobreditas, especialmente nas licitações para Registro de Preço, garantindo o regular cumprimento do art. 15, da Lei nº 8.666/93;

**10.6.4** Que cumpra o disposto no art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93, apresentando Projetos Básicos com todas as informações exigidas na letra da lei, assim como no item 71 e seus subitens, do Voto;

**10.6.5** Que cumpra o disposto no art. 1º, §1º, da LC 101/2000 c/c artigos 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964;

**10.6.6** Que adote medidas para efetuar o pagamento de seus débitos tempestivamente, evitando a incidência de multas, juros e/ou atualização monetária;

**10.6.7** Que promova a regularização dos seguintes tópicos: a) Gerenciar as atividades relacionadas à gestão da dívida ativa tributária e não tributária; b) Evidenciar a inscrição e cobrança da Dívida



**ACÓRDÃO Nº 1/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 1/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

Ativa Tributária e não Tributária no Município nos demonstrativos contábeis; c) Manter arquivado o relatório analítico contendo o total de créditos inscritos e o total de créditos prescritos, abrangendo todos os exercícios financeiros;

- 10.6.8** Que apresente em suas próximas Prestações de Contas Anuais: 1) O Plano Diretor Municipal (art. 182, parágrafo 1 da CF/88); 2) Planta Genérica de Valores (define a base de cálculo do IPTU) ou instrumento congêneres que sirva de base para a mensuração do valor do IPTU atualizada; 3) Cadastro imobiliário que contenha: número da inscrição, endereço, nome do contribuinte, CPF/CNPJ, bem como o respectivo valor que fora lançado no exercício fiscalizado; 4) Relatório que demonstre o potencial de arrecadação do município referente aos tributos: IPTU e ITBI no exercício fiscalizado; 5) apresentar normativo legal que regulamenta a inscrição de cobrança da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária;
- 10.6.9** Que regularize a divergência encontrada quando do confronto do Balanço Patrimonial e seu inventário, em observância ao art. 94 da Lei 4.320/64, bem como disponibilize às comissões de inspeção vindoura o Inventário Físico Financeiro atualizado;
- 10.6.10** Que disponibilize as comissões de inspeções vindouras desse Tribunal as Certidões de Ônus incidentes sobre a propriedade, de forma a evidenciar a regularidade da posse. Acrescentamos que no exercício de 2015 essa rubrica aponta a soma de R\$ 1.069.272,13 de bens imóveis, consoante registro no Balanço Patrimonial;
- 10.6.11** Que adote providências para otimizar a estrutura do local destinado ao armazenamento dos bens, visando sua salvaguarda;
- 10.6.12** Que provisione em sua contabilidade o passivo oculto existente, oriundo da inadimplência de pagamento da contribuição previdenciária;
- 10.6.13** Que cumpra o piso salarial profissional nacional do magistério público, conforme previsão legal no art. 5 da Lei 11.738/2008;
- 10.6.14** Que cumpra o disposto no art. 2º, I, da Resolução nº 27/2012 TCE/AM;
- 10.6.15** Que cumpra o disposto no art. 40, X, da Lei nº 8.666/1993.

- 10.7. Determinar à próxima comissão de Inspeção** que dê especial atenção aos itens alvo de determinação à origem, visando verificar a ocorrência de reincidência;





**ACÓRDÃO Nº 1/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 1/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.8. Determinar** que a SECEX, junto ao respectivo Órgão Técnico deste TCE/AM, efetue o levantamento de todas as Admissões de Pessoal realizadas pela municipalidade, assim como a respectiva remessa dos processos à Corte de Contas; em caso de omissão, que sejam adotadas as providências cabíveis para se ver cumprido o disposto no art. 71, III c/c art. 75, ambos da CF/88;
- 10.9. Oficiar o Ministério Público do Amazonas**, encaminhando-lhe as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei;
- 10.10 Notificar a Sra. Iracema Maia da Silva** com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.
- 11- Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 22 de Janeiro de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral